



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E DO
CARIBE

DIAGNÓSTICO DA PESCA EXTRATIVISTA NO ESTADO DE
RORAIMA: Análise socioeconômica no Município de Boa Vista.

Everaldo Ramos da Silva Junior

BOA VISTA

2015

DIAGNÓSTICO DA PESCA EXTRATIVISTA NO ESTADO DE
RORAIMA: Análise socioeconômica no Município de Boa Vista.

Everaldo Ramos da Silva Junior

Dissertação apresentada ao Núcleo de
Estudos Comparados da Amazônia e do
Caribe, para obtenção do Título de Mestre
pelo curso de Mestrado em Desenvolvimento
Regional da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Serguei Aily Franco de
Camargo

BOA VISTA
2015

DIAGNÓSTICO DA PESCA EXTRATIVISTA NO ESTADO DE
RORAIMA: Análise socioeconômica no Município de Boa Vista.

Everaldo Ramos da Silva Junior

Dissertação apresentada ao Núcleo de
Estudos Comparados da Amazônia e do
Caribe, para obtenção do Título de Mestre
pelo curso de Mestrado em Desenvolvimento
Regional da Amazônia. Defendida em 31 de
julho de 2015 e avaliada pela seguinte banca:

Prof.Dr. Serguei Aily Franco de Camargo
Orientador/UFRR

Prof.Dr. Celso Morato
UFRR

Prof.Dr. Sandro Loris
EMBRAPA

Dedico este trabalho a minha família, em especial a minha esposa **Márcia Pessoa** pelo exemplo de luta e determinação diante de todas as dificuldades impostas pela vida; aos meus filhos, **Arthur e Eduardo**, que trazem a doçura e a alegria do dia a dia e, em especial, aos meus pais, **Everaldo e Vanda**, que me transmitiram as bases vitais para a formação do meu caráter.

“A ciência serve para nos dar uma ideia de quão extensa
é a nossa ignorância”.

Félicité Robert de Lamennais.

AGRADECIMENTOS

A DEUS maestro de toda criação existente na terra e que nós traz força e resignação para enfrentar os obstáculos imposto pela vida.

Ao Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe por ter oportunizado o estudo e análise de temas tão relevantes para o contexto Mundial e Amazônico.

Ao meu orientador, Prof.Dr. Serguei Aily Franco de Camargo por sua capacidade de transmissão de conhecimento, paciência e competência na condução dessa orientação o que me proporcionou tornar-me um incondicional admirador.

A todos os professores do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram minha formação intelectual.

A todos os colegas que estiveram junto comigo nesta jornada pela sinergia e transmissão de conhecimento que muito me engrandeceu.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral caracterizar a pesca extrativista no estado de Roraima, especificamente no Município de Boa Vista. Para tanto foi abordado o aspecto socioeconômico que a atividade contempla dentro do grau de importância que o setor pesqueiro apresenta para a população amazônica. Os objetivos secundários abordaram os seguintes assuntos: perfil socioeconômico dos pescadores profissionais do município Boa Vista, nível de emprego e renda do setor pesqueiro e seus impactos na economia local e o impacto do setor pesqueiro no Produto Interno Bruto (PIB) do estado de Roraima. Os principais resultados indicaram que não existem dados necessários para uma completa análise do setor pesqueiro no estado de Roraima e faltam políticas públicas que possam trazer a importância devida ao setor, que apresenta importância fundamental para a economia local. Para atingir os objetivos propostos realizou-se pesquisa de campo e bibliográfica que subsidiaram esta pesquisa, cujos dados foram interpretados na presente dissertação.

Palavras-Chave: pesca extrativista, aspecto socioeconômico, setor pesqueiro, Roraima.

ABSTRACT

This research aimed to characterize the extractive fishing in the state of Roraima, specifically in the city of Boa Vista. To this end it was approached socioeconomic aspect that activity includes within the level of importance that the fishing industry presents to the Amazon population. Secondary objectives addressed the following issues: socioeconomic profile of professional fishermen of the city Boa Vista, employment and income in the fishing sector and their impact on the local economy and the impact of the fisheries sector in the Gross Domestic Product (GDP) of the state of Roraima. The main results indicated that there are no data necessary for a full analysis of the fishing sector in the state of Roraima and lack public policies that can bring due importance to the sector, which has fundamental importance for the local economy. To achieve the proposed objectives was held field research and literature that supported this research, whose data were interpreted in this thesis.

Keywords: extractive fishing, socioeconomic aspect, fishing sector, Roraima.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE SIGLAS

1.0 INTRODUÇÃO	1
1.1 OBJETIVOS.....	8
1.1.1 Objetivos Geral	8
1.1.2 Objetivos Específicos.....	8
2 REVISÃO DA LITERATURA	9
3 METODOLOGIA.....	34
4 SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS COLETADOS	38
5 CONCLUSÕES	44
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

ANEXO 01

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Bacia Hidrográfica de Roraima.....	39
Figura 02 – Bairro Francisco Caetano Filho (Beiral).....	41

LISTA DE SIGLAS

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

IBAMA - Instituto do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

ONG's - Organizações não Governamentais

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UNESP - Universidades de Rio Claro

PAND - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua

PIB – Produto Interno Bruto

SEAP - Secretaria de Pesca e Aquicultura

1.0 INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira ocupa uma área de 3.681km², o que representa 42,07% do território brasileiro (WEBSCIÊNCIA, 2010); se for considerada a Amazônia Legal, seu espaço representativo geográfico aumenta, pois engloba os estados da Região Norte, oeste do Maranhão, Mato Grosso e pequena porção de Goiás, passando para pouco mais de 5 milhões de km², ou seja, 59% da área geográfica do Brasil (CELENTANO; SANTOS; VERÍSSIMO, 2010). Esta região é conhecida por sua abundância de recursos naturais e caracterizada por uma população relativamente pequena que tem desenvolvido a pesca como herança vital.

Segundo dados oficiais, no ano de 2010, os estados da Amazônia Legal possuíam uma densidade demográfica cinco vezes menor que a média nacional. Roraima e Amazonas eram os últimos da lista com, respectivamente, 1,09 e 2,2 habitantes por km² (CELENTANO; SANTOS; VERÍSSIMO, 2010).

O estado de Roraima tem sua localização no extremo norte da Amazônia Brasileira tendo como limítrofes os seguintes sítios: Norte República da Venezuela, Leste República Cooperativista da Guiana, Sul estados do Amazonas e Pará e ao Oeste estado do Pará e República da Venezuela. Sua extensão territorial é de 224.300,506 km², com uma população estimada no ano de 2014 em 496.936 habitantes o que lhe confere uma densidade demográfica de aproximadamente 2,21 hab./ km².

Pode-se encontrar em relatos históricos que o processo de colonização da região Amazônica obedeceu a uma lógica de fundamentalmente garantir a integridade do território nacional sob o domínio do colonizador português, ante a ameaça de ocupação, por parte de povos alienígenas, dessa grande porção do território nacional. Neste sentido assevera (BARBOSA, FERREIRA E CASTELLÓN):

O certo é que as expedições que adentraram pelo rio Branco nessa época estavam, na maioria das vezes, ligadas à conquista portuguesa da região do Rio Negro. Foi um período da cicatrização das fronteiras europeias na América do Sul. Mesmo estabelecendo bases pouco seguras para seu total domínio, os portugueses mantiveram um fluxo relativamente regular para essa região procurando, não só expandir, mas também garantir o território já conquistado. Em sua maioria, as expedições interessavam-se pela manutenção das fronteiras já conquistadas através de militares ou funcionários coloniais, ou na expansão das relações comerciais.

Inserido neste contexto histórico o estado de Roraima, por está situado em área de fronteira, também seguiu esta lógica de colonização, sendo a mesma iniciada através da exploração do rio Amazonas e, sequencialmente, os seus principais tributários dentre eles, os rios Negro e Branco. Esta porção do território nacional em remotas épocas foi alvo de cobiça por parte de estrangeiros que buscavam, através de expedições de cunho exploratórias, ouro e especiarias (drogas do sertão) na maioria das vezes empregando com a mão de obra indígena em regime de escravidão.

Para entendimento da evolução histórica do estado de Roraima não se pode dissociar da questão hidrográfica, sendo o Rio Branco sua principal via fluvial, que segundo o historiador roraimense Amiberê Freitas (2009) deu origem ao seu primeiro nome “Território Federal do Rio Branco”. O vale desse rio sempre despertou a ambição do elemento estrangeiro, principalmente os ingleses e holandeses, vindo à época pela atual República Cooperativista da Guiana, que enxergavam nessa região uma fonte inesgotável de minerais preciosos que serviam para abastecer a coroa dos seus países.

Como forma de consolidar o domínio português nessa porção do país a coroa portuguesa edificou o Forte São Joaquim, na confluência entre os rios Uraricoera e Tacutu, no ano de 1775, o que possibilitou a conquista do vale do Rio Branco pelo colonizador português e mais uma vez trouxe à tona a importância

dos rios dentro do processo de ocupação do atual estado de Roraima (FREITAS, 2009).

Para fins de análise histórica a ocupação do atual estado de Roraima e a exploração do Rio Branco, segundo o historiador Aimberê de Freitas (2009), podem ser seccionadas em quatro fases distintas, quais sejam:

- O primeiro período que vai do ano de 1750 à 1800, onde os pontos de destaque dessa época são a construção do Forte de São Joaquim, a introdução da criação bovina e equestre no atual estado de Roraima e a fundação do povoado de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco (que mais tarde vem dar lugar a atual cidade de Boa Vista);
- O segundo período que vai do ano de 1800 a 1890, é caracterizado pelo grande aumento da violência, por parte do colonizador português, contra a população nativa (indígenas) e a migração de muitos nordestinos que fugindo da grande seca que assolou aquela região no ano de 1877, encontrou na região amazônica uma oportunidade de prosperidade econômica;
- O terceiro período, compreendido entre os anos de 1890 a 1943 tem como ponto culminante a criação, pelo então governador à época Augusto Ximeno Villeroy, do município de Boa Vista que contava com uma população aproximada de mil pessoas, excluindo-se os nativos;
- O quarto e último período que se inicia no ano de 1943 é caracterizado pela transformação do antigo estado em Território Federal, que inicialmente recebeu a denominação de Território Federal do Rio Branco e posteriormente Território Federal de Roraima, este fato representou um marco no desenvolvimento dessa região pois o poder de abrangência do ente federal teve maior

impacto para a solução dos problemas que afligiam a população que habitava essa região.

Segundo Freitas (2009), a estratégia adotada pelos entes governamentais baseou-se na aposta de povoar o território e alavancar sua vocação natural, no caso a agricultura familiar e, para tanto, iniciou um processo de imigração onde foram atraídos principalmente nordestinos vindos do estado do Maranhão com a promessa de fornecimento de terras para cultivo e toda a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da atividade agrícola.

Ainda segundo Freitas (2009), há que se destacar no período final da vigência do Território Federal a construção de BR 174 que liga o município de Pacaraima/RR ao de Manaus/AM e funcionou, e ainda funciona, como principal artéria de escoamento da produção agrícola do estado de Roraima.

Como marco culminante da história recente do estado de Roraima pode-se fixar o ano de 1988 como fundamental para este estado, uma vez que foi neste ano que a Constituição Federal transformou o antigo Território Federal de Roraima em atual Estado de Roraima, conferindo-lhe autonomia administrativa para se autogerir como ente federado (FREITAS, 2009).

Dentro de todo este contexto histórico não se pode dissociar que de longe de ser uma natureza intocada (DIEGUES, 1996), as riquezas ambientais amazônicas são fontes de sobrevivência de seus moradores¹. A bacia Amazônica se estende por 6,8 milhões de km² (BARRETO *et al.*, 2005) e ao longo dos leitos da infinidade de rios e lagos existentes, comunidades se formam e se dispersam, tendo muitas vezes como única ligação as águas.

Para se ter uma compreensão, ainda que insipiente, do processo em que está inserida a sistemática da pesca dentro da

¹ Raynaut (2004, p. 29) também se manifesta neste sentido: “A visão de uma natureza virgem e intocada não passa de um mito e quase todos os meios ‘naturais’ do mundo não podem ser analisados sem levar em conta o papel da intervenção humana na sua dinâmica.”

região amazônica, faz-se necessária uma abordagem histórica de como esta cultura foi desenvolvida e diversificada ao longo do tempo.

A pesca mostra-se como uma atividade das mais importantes para os povos amazônicos, sendo impulsionada desde a época da colonização desta região que foi desenvolvida ao longo do curso de grandes rios que formam este espaço; podemos inferir mesmo antes do início do processo de colonização a pesca mostrava-se como principal fonte de alimento para as populações indígenas que aqui residiam. Dentro deste contexto pode-se citar (MEGGERS, 1997).

[...] A Pesca é uma das atividades humanas mais importantes na Amazônia, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que reside nas margens dos rios de grande e médio porte. O próprio processo de colonização dessa região, desencadeado a partir dos séculos XVII e XVIII e centrado ao longo da calha do Solimões/ Amazonas e de seus principais tributários é, em certa medida, o reflexo da importância dos rios e dos recursos pesqueiros na vida do homem amazônico.

Ainda neste sentido assevera (BARTHEM e FABRÉ, 2004):

A pesca na região amazônica destaca-se em relação às demais regiões brasileiras, tanto costeiras quanto de águas interiores, pela riqueza de espécies exploradas, pela quantidade de pescado capturado e pela dependência da população tradicional a esta atividade.

Pode-se citar ainda (SOUZA; CAMARGO; CAMARGO, 2012):

Nessa esteira não se pode deixar de destacar o aspecto cultural, pois a pesca na Amazônia é muito mais que uma atividade laboral ou econômica, representa uma forma de expressão cultural que transcende qualquer perspectiva economicista ou ecológica.

Mesmo em épocas mais remotas, há cerca de oito mil anos, quando a região era habitada apenas pelos indígenas, os peixes já se constituíam em recursos naturais importantes para a manutenção das populações humanas. Neste sentido (VERÍSSIMO,

1985; MEDINA, 1934; GOULDING, 1983, SPIX, SPIX e MARTIUS, 1822-1831; WALLACE, 1853; BATES, 1863 e FERREIRA, 1972):

A importância da pesca na Amazônia remonta ao período anterior ao da colonização, quando os indígenas já utilizavam o pescado como parte essencial de sua alimentação, embora as necessidades primárias de proteínas dos ameríndios que viviam ao longo do Amazonas fossem também satisfeitas por quelônios e pelo peixe-boi.

Nesta mesma linha pode-se citar (FURTADO,1981):

Comumente, na época colonial, pescavam-se pirarucus, peixe-boi (*pege buey*), tartaruga e outros peixes típicos de água doce. Os grandes mananciais dessas espécies encontravam-se no alto e baixo Amazonas, cuja pesca configurava a atividade fluvial. Entre os atores que desempenhavam tal pescaria, encontravam-se os indígenas. Eles também participavam das campanhas de pesca organizadas em demanda aos pesqueiros de tartaruga, pirarucu e peixe boi.

Sendo a pesca uma das principais fontes de recursos alimentares para os povos amazônicos, é salutar o conhecimento de todo o processo socioeconômico que a atividade desempenha, para partindo-se dele, possam ser traçadas políticas públicas que estimulem e aprimorem este setor que tanta relevância tem para a economia local. Foi justamente a necessidade de produzir conhecimento relativo ao setor pesqueiro que motivou a elaboração deste trabalho que, uma vez concluído, contribuirá para melhoria do setor pesqueiro no estado de Roraima.

A escassa literatura relativa ao tema não é capaz de trazer grande contribuição para uma análise mais profunda desse segmento de mercado daí necessidade de um estudo profundo das relações socioeconômicas que a atividade desempenha; os poucos estudos encontrados, conforme Ferreira (2007), possuem enfoque sobre a biologia e ecologia das espécies exploradas.

Nesse contexto, pretende-se realizar um diagnóstico do setor pesqueiro de Roraima, através da coleta de dados primários e pesquisa de campo sobre o perfil socioeconômico dos pescadores profissionais nos Municípios de Boa Vista, a fim de subsidiar a

análise do marco regulatório estadual, possibilitando estimar o nível de emprego e renda do setor, seus impactos na economia local e, por fim, o delineamento de propostas para a implementação de políticas públicas para o setor, consubstanciadas em acordos comunitários (regionais) de pesca.

O presente trabalho focou a atividade socioeconômica do setor pesqueiro e sua importância econômica para o estado de Roraima, sendo necessário para alcançar tal objetivo, traçar uma visão global do setor e, partindo dela, inferir sobre a relevância do setor na economia local.

Este trabalho está dividido em cinco partes. O capítulo introdutório traça as linhas gerais que o presente estudo se propõe, sendo composto de: a definição do problema e os objetivos propostos. A revisão da literatura relativa ao tema proposto, trará a abordagem de vários autores relativos ao tema. A parte que trata da metodologia contemplará as técnicas aplicadas à pesquisa que fundamenta este trabalho. A sistematização dos dados servirá para interpretar os dados obtidos em campo, gerando uma análise qualitativa sobre a amostra da população objeto de estudo. A conclusão servirá para trazer à tona as observações e interpretação dos temas abordados ao longo da presente dissertação.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 OBJETIVO GERAL

Não se pode negar a importância do setor pesqueiro da economia local, valor esse que transpassa a questão econômica e atinge a questão sociocultural, pois no contexto amazônico o pescado, ainda nos dias de hoje, mantém-se como principal fonte de proteína para a maioria da população que aqui reside.

Neste contexto o principal objetivo da presente pesquisa reside em realizar um diagnóstico socioeconômico do setor pesqueiro no estado de Roraima, com foco específico na cidade de Boa Vista; haja vista que, devido a representatividade deste município para o estado em que está inserido, pode-se ter uma referência significativa do setor como um todo.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos a que esta pesquisa se propõe trarão mais especificidade ao tema abordado e possibilitará um foco maior dentro do tema em que está inserida. Desta forma este estudo abordou como objetivos específicos os seguintes assuntos:

- A descrição, através de método qualitativo, do perfil socioeconômico dos pescadores do município de Boa Vista/RR;
- A estimativa de nível de emprego e renda do setor pesqueiro no município de Boa Vista/RR e sua importância para a economia local;
- Estimar a importância na relação com o Produto Interno Bruto (PIB) do estado de Roraima do setor objeto de estudo da presente pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A função primordial deste capítulo é explicitar o referencial teórico que foi utilizado para esta pesquisa, buscando-se estabelecer um diálogo entre os diversos autores pátrios que abordam o tema em questão para que se possa fundamentar e embasar as conclusões que a presente dissertação se propõe.

Por tratar-se de um tema de extrema especificidade a literatura pátria não é muito vasta, o que força a focar em alguns autores que tratam do tema em questão.

Com o intuito de suprimir essa lacuna pode-se estabelecer um estudo comparado com a atividade pesqueira desenvolvida em outros estados da região Norte que pela sua semelhança com o estado de Roraima, serve de parâmetros para uma análise mais detalhada do tema abordado.

Nesta linha o estado do Pará apresenta uma atividade pesqueira bem desenvolvida onde a análise deste setor passa por uma abordagem dos temas relativos a questão do agronegócio, uma vez que a atividade pesqueira está inserida no mesmo, e o entendimento da cadeia produtiva do setor pesqueiro, que permitirá uma visualização das atividades produtivas de forma sistêmica e integral (ANTÔNIO, 2005).

A importância da pesca no estado do Pará está diretamente relacionada ao fato de ser um dos maiores produtores de pescado do país, produzindo para o mercado local e atendendo outros estados de região Norte do Brasil. Para um entendimento mais aprofundado da matéria em tela é necessário compreender a cadeia produtiva a qual está associada ao setor pesqueiro que é segmentada em diversos termos e sugere a atuação de diversos atores que fazem parte de todo o processo produtivo (ANTÔNIO, 2005).

A cadeia produtiva do setor pesqueiro no estado do Pará tem seu primeiro segmento representado pelo fornecimento de bens e

insumos necessário ao desenvolvimento da atividade, neste incluídos a produção de embarcações, motores e apetrechos de pesca (anzol, redes, espinhel, etc), bem como insumos básicos que fornecem sustentação da cadeia produtiva, destacando-se gelo, combustível e alimentos que serão utilizados em um esforço de pesca (ANTÔNIO, 2005).

Partindo-se diretamente para a análise da cadeia produtiva pode-se destacar a sua base como sendo a da produção de pescado, que abarca as empresas de pesca industrial e, em maior quantidade os pescadores artesanais, este segmento é o que mais contribui para a ocupação da mão de obra do setor pesqueiro, bem como é o principal elo de exploração de estoques pesqueiros de várias espécies que são responsáveis pelo abastecimento de famílias e atendimento do setor comercial (ANTÔNIO, 2005).

Dando sequência a análise da cadeia produtiva paraense encontram-se os agentes responsáveis pelo processo de comercialização do pescado que exercem as funções de agregar valor ao produto, podendo inclusive fazer o beneficiamento do pescado e o conduzir até o consumidor final; entre as etapas do processo de comercialização destacam-se a captação junto aos pescadores, transporte e armazenamento e distribuição do pescado explorado. No caso específico da pesca artesanal a etapa de armazenamento fica sob a responsabilidade do próprio pescador, que utiliza recipientes com gelo para acondicionar o pescado para posterior consumo ou comercialização do mesmo. No caso de empresas além dos processos anteriormente descritos, há ainda o beneficiamento do pescado, através da evisceração, elaboração de cortes específicos, resfriamento e posterior congelamento para atender a demanda de mercados internos ou externos que tem um grau maior de exigência (ANTÔNIO, 2005).

Dentro da cadeia produtiva de pescado no estado do Pará um elo importante está relacionando aos agentes responsáveis pela condução do produto nos diversos canais de comercialização até

chegar ao mercado consumidor final, sendo fundamental o papel desempenhado por estes atores uma vez que a atividade estaria totalmente comprometida se não houvesse a sua atuação. Tais papéis são desempenhados, no caso do mercado local e regional, pelos atravessadores, balanceiros e outros intermediários; para o mercado nacional e o externo cabe esta função as empresas pesqueiras de maior estrutura (ANTÔNIO, 2005).

O ponto final da cadeia produtiva pesqueira é o mercado consumidor, seja interno ou externo, onde é última análise vão convergir todos os esforços anteriormente dispendidos para que o produto final chegue com a qualidade requerida pelo consumidor. Com uma carga histórica no consumo de pescado no mercado da região Norte o consumidor dos estados que compõe esta região adquire o pescado, a depender de sua classe social, em diferentes pontos seja em feiras livres, supermercados, peixarias ou sob a forma de pratos prontos em restaurantes e hotéis (ANTÔNIO, 2005).

Toda a cadeia produtiva é influenciada diretamente pelo ambiente mercadológico e organizacional que envolvem os órgãos governamentais e outras instituições que, direta ou indiretamente, relacionam-se com o setor pesqueiro e servem de mola propulsora para o desenvolvimento da atividade (ANTÔNIO, 2005).

Mostra-se interessante também contextualizar alguns dados que permitam entender o setor pesqueiro com um todo, onde o Brasil ocupa a 25^o como produtor mundial de pescado, onde países como China, Japão, Peru, Estados Unidos e Chile respondem por 44,15% do mercado global de pescado, segundo aponta dados da FAO- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. O Brasil vem ao longo das últimas décadas apresentado oscilações no quesito produção de pescado onde no período compreendido entre os anos de 1960 a 1985 foi alcançada uma produção superior a 971 mil toneladas, sendo que a partir desse ano sofreu uma grande redução, chegando no ano

de 1990 com uma produção de apenas 640,30 mil toneladas. Somente a partir do ano de 1990 houve um incremento na produção à taxa de 4.54% ao ano, neste período a pesca extrativista apresentou também um crescimento, porém em menor proporção com a taxa 3,18% ao ano (ANTÔNIO, 2005).

Outro dado relevante diz respeito à distribuição percentual, segundo a categoria de produção, onde o destaque deve ser dado a pesca artesanal que, segundo dados da extinta Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, no ano de 2003 respondeu pelo percentual de 47% da produção total anual. Isso traz a luz a importância desse setor para a cadeia produtiva do pescado no Brasil. Ao se observar a divisão geográfica de produção, merece destaque a região Nordeste que responde por 31,5% do total comercializado, sendo os estados da Bahia, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte totalizam 81,3% da produção nordestina. A região Norte ocupa o segundo lugar do país respondendo por 24,6% do total produzido no Brasil sendo os estados do Amazonas e Pará os que merecem destaque dentro desse cenário, onde o estado do Pará responde por 63% do pescado produzido na região o que representa 15,5% da produção nacional.

Todos estes dados convergem para uma tendência de aumento do setor pesqueiro através de um maior aproveitamento dos recursos naturais existentes na região norte, mediante uma exploração racional das diversas espécies existentes na bacia amazônica.

Mostra-se também interessante para dar maior abrangência a este trabalho a análise da pesca na região do estado do Amazonas e, para tanto, focar-se-á uma análise do setor pesqueiro em duas cidades que tem grande representatividade na atividade de pesca, quais sejam: os municípios de Manacapuru e Coari, ambos localizados no estado do Amazonas. Mais uma vez

se buscará estabelecer um estudo comparativo para contextualizar a análise da área de pesca artesanal da região Norte.

A atividade pesqueira no município de Coari/AM (Figura 01) mostrou-se como de suma importância para a economia local, haja vista que dados estatísticos afirmaram que no ano de 2008 foram desembarcadas mais de 1.000 toneladas resultantes do desenvolvimento da atividade por pescadores artesanais que, para tanto, utilizaram canoas motorizadas típicas da região amazônica. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2012 o município de Coari foi considerado o quarto mais rico da região Norte e o segundo do estado do Amazonas, tem uma população aproximada de 75.965 habitantes (IBGE, 2013) e uma área geográfica de 57.921,906 km² (IBGE, 2013). No aspecto econômico a cidade teve observado um elevado crescimento nos últimos dez anos, fato este decorrente do pagamento de “*royalties*” resultante da exploração de gás natural e petróleo pela Petrobrás e, apesar da ausência de dados estatísticos relativos ao setor, a atividade pesqueira também contribuiu para este bom desempenho, uma vez que pode ser inferida a importância da pesca através do elevado consumo de pescado entre a população local e ribeirinha (CORREA, KAHN e FREITAS, 2011).

Em uma análise da caracterização da pesca foi constatado uma predominância do tipo de embarcação utilizada pelos pescadores artesanais do município e os apetrechos utilizados para tanto. As canoas apresentam comprimento médio predominante de 7,6 m e comprimento de boca e pontal de 1,48 e 0,62 respectivamente; já os barcos apresentam comprimento médio de 12,80 m com comprimento de boca e pontal de 2,93 e 1,87 respectivamente. Outra característica marcante do processo de pesca em estudo foi a utilização durante as pescarias de caixa térmicas fixas ou móveis empregados para acondicionar e manter

o pescado capturado resfriado (CORREA, KAHN e FREITAS, 2011).

Durante a ano de 2008 a pesca foi realizada por 2.569 pescadores que mapearam 221 locais de pesca, entre rios, lagos e igarapés, sendo que nestas regiões foram catalogadas 31 espécies predominantes, merecendo destaque as seguintes: o jaraqui (*Semaprochilodus* spp.) (15,6%), a curimatã (*Prochilodus nigricans*) (13,4%) e o tucunaré (*Cichla* spp.). Estes mesmos pescadores citaram como apetrechos mais usados como sendo: a malhadeira, a rede, a redinha, a tarrafa e a tramalha, o espinhel também foi citado, porém ficou restrito a uma pequena quantidade de pescadores devido a sua utilização apenas para a captura de peixes de fundo (CORREA, KAHN e FREITAS, 2011).

Outro dado relevante diz respeito ao tempo médio diário de pesca realizado pelas canoas motorizadas e os barcos durante o período de safra de pescado que foi de 7 e 10 horas respectivamente (CORREA, KAHN e FREITAS, 2011).

O município de Manacapuru/AM localiza-se nas proximidades na microrregião cidade de Manaus/AM e, segundo dados do IBGE no ano de 2013, apresentou uma população aproximada de 86.078 habitantes, e, ainda segundo o mesmo instituto, sua porção territorial ocupa uma área de 7.329,23 km².

Pode-se tomar como marco inicial da atividade pesqueira propriamente dita no município de Manacapuru/AM o final da década de 1970 e início da década de 1980, pois foi neste período em que a atividade tomou um impulso com a instalação de frigoríficos na sede do município.

Neste sentido aponta (PEREIRA *et al.*, 2007, p.190):

O Município de Manacapuru se tornou um dos principais mercados consumidores do estado, principalmente pela instalação dos frigoríficos e inúmeros flutuantes que compram os pescados. O município funciona como um entreposto de comercialização do pescado, uma vez que, a partir daí muitas das espécies de peixe liso são exportadas para outros estados e países.

Um dos aspectos socioeconômicos da pesca no município de Manacapuru diz respeito a estratificação social dos pescadores dessa região, neste sentido Pereira *et al* 2003 estabelece a seguinte divisão:

(i) o pescador ribeirinho residente na área rural, que utiliza seus próprios meios de produção (pequena embarcação, apetrechos de pesca) e mão de obra familiar; (ii) o pescador citadino que vem da capital, representado pelo barco de pesqueiro que reúne um grupo de pescadores com tarefas definidas e remuneração, de acordo com a sua função, nas viagens de pesca; (iii) o pescador citadino do interior do estado do Pará, o qual utiliza barcos pequenos ou bajaranas [...].

Há que se ressalta a grande diferença quando confrontados o pescador ribeirinho e o artesanal assim estabelece Leonel (1998) apud Cruz (2007) sendo, segundo os autores, a ligação quase que umbilical do pescador ribeirinho com a comunidade nas margens do rio, fato este não observado quanto ao pescador artesanal. Reforça ainda o mesmo autor:

[...] o ser ribeirinho é um modo de vida do interior amazônico. O grau de dependência da produção para autoconsumo ou para o mercado, a diversidade de alternativas combinadas, as condições de ligação ao tradicional ou o urbano são esferas que separam e diferenciam o ribeirinho do especializado [...]. O que diferencia do ribeirinho é dispor de um barco a motor de maior porte. A maior diferença é sua condição de morador de periferia de um centro urbano médio ou grande, e não contar com outras alternativas senão trabalhos eventuais como de atividades agrícolas e ao, contrário do ribeirinho, já não contam com atividades de sobrevivência (LEONEL Apud CRUZ, 2005, p. 173).

Para um maior entendimento sobre o tema é de fundamental importância o conhecimento acerca de alguns aspectos socioeconômicos que relacionam o homem amazônico com a atividade pesqueira extrativista, dentre este cabe destacar: a dependência dos ribeirinhos em relação ao pescado como fonte principal de proteína, a grande quantidade de espécies existentes nessa região e o quantitativo de peixes explorados. Estes

parâmetros servem de balizadores para uma análise mais consistente sobre o tema.

Neste sentido afirmam Barthem e Fabré (2004) que a pesca na região Amazônica se destaca frente às demais regiões do país, tanto em relação à pesca costeira quanto de águas interiores, em razão da riqueza das espécies exploradas, da quantidade de pescado capturado e da dependência das comunidades tradicionais em relação à pesca.

O enfoque histórico dessa atividade é de fundamental importância para contextualizá-la e possibilitar a inserção dela dentro da realidade socioeconômica do estado de Roraima, uma vez que este setor se mostra de fundamental importância para a economia local. Neste sentido a atividade pesqueira confunde-se com a própria existência do estado uma vez que seus primeiros moradores, os indígenas, tinha e ainda mantém nessa atividade uma das principais fontes proteicas de sua dieta alimentar.

Corroborando esta ideia podemos citar (BATISTA,1979, P.58-9, XIMENES, 1996, pg.16):

Em algumas várzeas, planícies inundadas que margeiam rios da Amazônia, as cheias propiciam a concentração de nutrientes minerais, além de carrear adubos naturais, resultando em alta viscosidade e tornando essas áreas particularmente propícias à agricultura. Os povos que habitavam a Amazônia no período pré-colombiano conheciam a propensão dessas áreas para a agricultura e a pesca, particularmente nos rios de águas brancas, quais sejam, o Amazonas e seus afluentes da margem direita. Esses moradores pré-colombianos foram atraídos pelas riquezas naturais da várzea desde cerca de dois mil anos atrás, ou seja, a mais de mil e quinhentos anos antes da chegada do europeu na Amazônia. Essas áreas eram então densamente povoadas ao tempo da conquista e, ainda, objeto de disputa entre os nativos.

Todo este contexto histórico serve de pano de fundo para retratar a importância ainda hoje desempenhada por este setor na realidade dos povos amazônicos.

A chegada do colonizador europeu a esta parte do Brasil tornou-se incipiente e necessária à ocupação desse quinhão de

terra, sob pena de vê-lo expropriado por outro colonizador. Dessa necessidade houve várias incursões pela principal via de transporte dessa região – os rios principais e seus afluentes. Relatos históricos catalogados pelos principais exploradores dessa época citam a pesca como fonte principal alimentar para os povos residentes nesta região, sendo esta atividade desenvolvida ao longo de todas as épocas históricas ao qual o Brasil esteve inserido (Colônia, Império e República).

Em que pese à pesca remontar a longínquos períodos pré-históricos, dentro do contexto amazônico, para fins de análise, pode-se definir o período colonial como marco inicial dessa atividade; nesta época foram criados os pesqueiros reais que podiam ser entendidos como sendo áreas de pesca em que os índios pescadores eram obrigados a pescar para fornecer o pescado aos militares, religiosos e funcionários reais.

Veríssimo (1895) apresenta uma importante coleção de informações históricas com enfoque maior no Baixo Amazonas, onde se destaca que já no século XV a administração do império colonial aproveitava o potencial pesqueiro da região para alimentação local e comércio, utilizando-o como moeda de pagamento e troca no século XVII (Furtado,1981). Tais preocupações geraram necessidades de controle da produção, o que foi consolidado com a criação dos chamados “pesqueiros reais”, sendo que em 1667 já havia três destes na Amazônia Central (Veríssimo, 1895). Os Estados do Amazonas, Pará e Maranhão tiveram pesqueiros-reais que foram extintos em 1827 (Campos, 1993).

Neste sentido aponta (FURTADO, 1981):

As potencialidades pesqueiras da Amazônia, pela sua variabilidade ictiológica revelada pelas constantes pescarias e pela sua apreciabilidade no consumo alimentício levaram a Fazenda Real a organizar os pesqueiros reais com a finalidade de explorar as áreas mais eficazes em termo de produção de pescado.

Em 1667 já havia três pesqueiros de peixe-boi e tartaruga, na Amazônia, cuja produção destinava-se às tropas do Rio Negro e à mesa de demarcação. Estes pesqueiros eram o do Caldeirão, o mais antigo, o do Puraque-coara, no Amazonas e no Rio Branco. (VERÍSSIMO, 1970)

Para fins de análise sistemática do processo produtivo de pesca pode-se inferir que apenas no século XX (entre os anos de 1950 e 1970) houve uma cisão dos padrões arcaicos de pesca com a introdução de inovadores equipamentos de captura de pescado; dentre estes podemos citar: redes de fibras de nylon, uso de motores a diesel e uso de gelo para conservação do pescado. Somando a todos esses elementos, destaca-se o incentivo governamental na produção e comercialização do pescado nesta época.

Podemos citar Souza, Camargo e Camargo (2012, p. 08):

A década de 1960 ficou marcada por três eventos impactantes para a atividade pesqueira da região. O primeiro foi a introdução e a popularização do polietileno ou isopor como isolantes térmico, permitindo a conservação e acumulação do pescado por mais tempo, viabilizando ampliar o raio de ação da frota. O segundo foi a criação da Zona Franca de Manaus, responsável pelo vertiginoso crescimento da população urbana da cidade, através da imigração de ribeirinhos, bem como, pessoas interessadas pelo pólo industrial, atraídas pela perspectiva de emprego na região. Nas cidades, este contingente de pessoas aumentou substancialmente à demanda por pescado, potencializada a pressão consumidora, e dessa forma, criando um importante mercado urbano. Em terceiro lugar, houve a introdução de linhas sintéticas, que popularizaram o uso de redes de arrasto e de espera, favorecendo o aumento do esforço de pesca e conseqüentemente da produção.

Caso partamos para sistematização da atividade pesqueira têm-se alguns registros esparsos por meio de viajantes como os de Veríssimo (1895) e Meschkat (1961) sem geração de qualquer tipo de dados estatísticos, o que somente ocorreu no início da década de 1970 com trabalhos dos pesquisadores Petrere (1978), Goulding (1979/1980) e Smith (1979). Estes trabalhos serviram como marco inicial para que pesquisadores do Instituto do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (IBAMA),

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Museu Paraense Emílio Goeldi e Universidades de Rio Claro (UNESP) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) pudessem aprofundar nos conhecimentos relativos à piscicultura amazônica.

Inserido geograficamente na Amazônia Legal o estado de Roraima não ficou a margem de todo este processo histórico uma vez que a necessidade de assegurar que houvesse a integração do território nacional fez com que a ocupação dessas terras se desse de forma compulsória por parte do colonizador como estratégia de manutenção do espaço conquistado.

O processo de ocupação desta parte do Brasil foi feito a base do extrativismo que, ainda nos dias atuais, mantém-se de forma muito expressiva neste espaço geográfico; todas as formas de retiradas dos recursos naturais sejam eles animais, vegetais ou minerais, dão-se de forma a causar um grande dano ao meio ambiente uma vez que a cobiça por riquezas torna este processo muito agressivo ao meio ambiente causando, na maioria das vezes, danos irreversíveis ao patrimônio ambiental.e

Como consequência desse extrativismo exacerbado a partir da segunda metade do século XIX, as riquezas naturais começam a apresentar seus primeiros sinais de escassez. Frente a essa escassez, surgem conflitos sociais entre os habitantes locais. No caso específico da pesca interior (realizada em águas interiores e continentais), ribeirinhos e pescadores comerciais acirram a disputa pelos estoques pesqueiros e encontram um Estado sem forças para regê-los e fiscalizá-los. As leis gerais não dão conta de alcançar as especificidades dos conflitos locais e o poder de polícia não consegue se fazer presente em uma área tão extensa e de difícil acesso.

Podemos citar Souza, Camargo e Camargo (2012, p. 95):

Logicamente, esta dinâmica desenvolvimentista no setor pesqueiro amazônico gerou o aumento da pressão pesqueira. Assim, Petreire (1985,1986) observou que o tempo de procura do peixe e a distância percorrida de

pesca haviam aumentado no final dos anos 70. Neste cenário, os conflitos pelo uso dos recursos pesqueiros ao longo do rio Amazonas não se fizeram esperar. Nos anos 70, no lago Janauacá, próximo a Manaus, houve uma refrega entre moradores locais e pescadores profissionais da frota pesqueira de Manaus, que ficou conhecida como a “guerra do peixe”.(GOULDING, 1983).

Tais conflitos se caracterizavam por tensões de aspectos variados, tais como confrontações verbais, ato de simples censura aos invasores, queima de equipamentos, apreensão de embarcações e até sérios atos de violência pessoal. A maioria deles teve lugar nos lagos de várzea do Médio Amazonas, também conhecidos como “lagos da confusão”. Estavam envolvidos nestas desavenças, os ribeirinhos, pescadores das comunidades localizadas nos lagos e os “pescadores de fora” ou “invasores”, provenientes de outros locais e que ansiavam por pescar em águas consideradas comunitárias. Houve (e ainda há) uma tensão devido à proibição dos fazendeiros ao acesso dos pescadores nos lagos ou corpos de águas localizados em suas terras particulares. Conflitos adicionais também ocorreram (e ainda ocorrem) entre pescadores comerciais (monovalentes) e pescadores de subsistência (polivalentes), entre criadores de búfalo e pescadores e entre moradores vizinhos. (HARTMANN,1990; FURTADO,1993; RUFFINO, 2005).

A busca pelo consenso aparece, então, como única alternativa para manutenção dos estoques. Pescadores comerciais e ribeirinhos, enquanto categorias distintas passam a se organizar e a escolher seus representantes, no intuito de defender seus interesses e formular bases legais que limitem a atividade pesqueira em cada localidade.

Pode-se ainda destacar que existem diversos tipos de pescadores e interesses divergentes que não podem deixar de ser explicitados. De forma genérica pode-se agrupar em duas classes gerais, quais sejam: a dos pescadores comerciais e dos de subsistência e derivam dessas classes diversas subclasses que apresentam interesses distintos, gerando inevitavelmente conflitos em torno das diversas formas de apropriação dos recursos naturais. O estudo desses conflitos mostra-se como fundamental para dar transparência ao acesso aos recursos naturais que estão disponíveis para os diversos atores envolvidos.

Dentro do contexto amazônico o conflito de pesca explicita-se em sua plenitude quando há a apropriação e o usos diferenciado dos mananciais pelos diversos interessados, entrando em choque a perspectiva de subsistência e o uso comercial. Tem-se a definição do espaço aquático, segundo (COMIER-SALEM, 1995, p.47 e 48) como sendo uma entidade espacial estruturada pelo uso múltiplo dos recursos aquáticos, parte do mesmo autor a definição de território de pesca, o qual afirma tratar-se de uma estrutura espacial engendrada por um sistema de exploração constituído de vários elementos interdependentes e elaborados por um grupo humano, que se identifica com o lugar. Todo este arcabouço conceitual busca trazer à tona o conceito que o acesso aso recursos pesqueiros tem se mostrado com a exceção à regra geral, cabendo à comunidade interessada, em última instância a reivindicação de um território de pesca.

Sob o espectro acima detalhada, onde é reconhecida a relação umbilical entre comunidade e território, como exemplo dos pescadores artesanais ribeirinhos, a celebração dos acordos de pesca tem função vital para a manutenção e sobrevivência desses grupos, a manutenção dessa equação é fundamental para evitar a quebra do vínculo indissolúvel do homem amazônico com seu habitat, o que pode representar a sobrevivência dos grupos ditos “tradicionais”. Nesta linha afirma DIEGUES (2000, p.19) que o território se mostra como um dos mais importantes elementos da relação entre as comunidades ditas “ribeirinhas” e a natureza pois, é este que fornece os meios de sobrevivência, os meios de trabalho e produção, as formas de produzir aspectos materiais das relações sociais que se materializa nos territórios de pesca.

A maior intensidade da pesca e conseqüentemente aumento da demanda de recursos naturais tem crescido de forma exponencial nas últimas décadas, isto se deve principalmente ao aprimoramento das tecnologias do aparelhamento vinculada à

pesca (malhadeiras, geleiras, barcos, etc), bem como a aumento da demanda por pescado nos mercados interno e externo. Soma-se a tal fato a expansão do setor pecuário que tem contribuído para o desmatamento das florestas, o que modifica o meio ambiente e acarreta a diminuição da capacidade produtiva dos ecossistemas aquáticos.

Existem diversas classificações para a divisão da atividade pesqueira sendo as mais relevantes aquelas que levam em conta os seguintes fatores: a capacidade de pesca, as espécies alvo e a tecnologia de pesca empregada na captura do pescado (ISAAC *et al.*, 1996).

A pesca dita comercial é caracterizada pela maior produtividade e capacidade de pesca utilizando para tanto equipamentos e mão de obra mais especializados; geralmente este tipo de pesca é realizada, durante a estação seca nos canais dos rios e, durante o período chuvoso nos lagos de várzea. A quase totalidade do produto resultante da pesca é destinada a abastecer grandes frigoríficos que tem na exportação, tanto interna como externa, sua principal atividade.

Diferentemente da pesca comercial, a artesanal é praticada por moradores das várzeas e pescadores artesanais que capturam espécie mais sedentárias ou aquelas que utilizam o lago como habitat natural; os apetrechos de pesca são de menor porte e menos eficiente se comparados ao da pesca comercial. O pescado capturado é parcialmente consumido pelo próprio pescador e parte é comercializada nos mercados locais ou em comunidades próximas da residência do pescador.

Outro fator de relevância diz respeito aos fatores ambientais que influenciam a intensidade na captura de peixes na região amazônica, dentre estes elementos pode-se destacar a velocidade e a intensidade das inundações dos rios e lagos que compõem a bacia hídrica amazônica. Outros impactos, segundo GOLDING (1983), provenientes da atividade humana, como a construção de

usina hidrelétricas, o desmatamento das margens dos rios e lagos, a contaminação dos rios, lagos e igarapés por metais pesados oriundos da atividade ilegal de garimpagem, representam um efeito muito mais devastador sob a natureza de que ao compararmos com a atividade pesqueira que pode ser considerada moderada em seus efeitos ao meio ambiente devido à grande diversidade e quantidade de espécie que habitam a fauna aquática da região.

Focando-se nas medidas de regulamentação da atividade pesqueira na Amazônia temos como primeiro esforço a tentativa de regulamentação através da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, criada no ano de 1962 e extinta no ano de 1988, posteriormente este encargo coube ao IBAMA. Remota aos anos 70 os primeiros conflitos pesqueiros localizados na região dos estados do Amazonas e do Pará, sendo que se remete a esta época, também, os primeiros acordos comunitários de pesca celebrados, segundo dados do IBAMA.

Com a passar dos anos e o desenvolvimento da atividade pesqueira na região amazônica os conflitos aumentaram naturalmente e como forma de combater estes conflitos surgiram diversos acordos de pesca na região, que serviram para reduzir ou estabilizar a pressão sobre os recursos pesqueiros da região; ainda hoje existe um questionamento acerca da validade jurídica desses acordos, em que pese o IBAMA ser, à época, o órgão responsável pela gestão do setor pesqueiro, tem chancelado estas conciliações mediante, no ano de 1997, a elaboração de um documento no qual tornava legais todos os acordos de pesca. No ano de 2002 o IBAMA publicou uma instrução normativa que pôs fim a qualquer dúvida que porventura pudesse haver, a qual reconheceu os acordos como instrumento de ordenamento legal do setor pesqueiro e estabeleceu critérios para a realização dos mesmos.

É fundamental para o entendimento acerca do tema o estudo das previsões constitucionais sobre o ordenamento do tema pesca, neste sentido com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 24, § VI, foi estabelecida a competência concorrente entre a União, Estados e o Distrito Federal na capacidade para legislar sobre pesca. O mesmo texto constitucional estabeleceu que cabe aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação estadual e federal no seu interesse, gerando dessa forma a possibilidade do Município legislar sobre pesca, desde que seja comprovada a ausência da legislação estadual e federal acerca do tema e haja interesse do mesmo sobre a tema.

No nosso ordenamento jurídico pátrio há ainda a legislação infraconstitucional que trata do tema, onde destacam-se a Lei 7.679/88 que versa sobre a proibição da atividade pesqueira durante o período de reprodução de espécies e o Decreto Federal 221/67 que é conhecido como o Código de Pesca, que abarca boa parte da regulamentação do setor pesqueiro em nosso país.

Todo ordenamento jurídico brasileiro converge no sentido de que para que haja sucesso na implantação de um acordo de pesca é necessária a participação da população diretamente interessada no assunto. Segundo ALMEIDA, 2004, essa gestão participativa, onde governo e comunidade tomam as decisões conjuntamente teve seu marco inicial na comunidade de Oriximiná/PA onde teve início a discussão sobre a implantação de um acordo de pesca do Lago Sapucuá, a qual resultou na primeira portaria de pesca sob a égide da gestão participativa. No momento atual existem 09 acordos de pesca, sendo grande parte relativas aos lagos situados no Município de Santarém/PA.

A gestão participativa da pesca que tem como base os acordos de pesca estabelecidos entre as comunidades ribeirinhas no sentido de organizar a pesca está fundamentada no documento

chamado: “Administração Participativa” e na portaria de número 07/96 do IBAMA.

Segundo o IBAMA, ao se analisar a origem histórica dos acordos de pesca foi fundamental para a implantação dos mesmo a participação da igreja católica, através dos Movimentos de Educação de Base (MEB) e do estabelecimento de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), como elementos fomentadores para que os acordos fossem estabelecidos nas comunidades diretamente interessadas. Posteriormente a este marco inicial outras entidades também contribuíram para o fortalecimento dos acordos de pesca, dentre elas destaca-se o papel desempenhado pelo Instituto Amazônico de Manejo dos Recursos Ambientais – IARA que é o órgão responsável pela administração dos recursos pesqueiros do Médio Amazonas, que engloba os estados do Pará e do Amazonas, tendo início no ano de 1990 com a implantação de um programa de cooperação técnica entre o IBAMA e a Agência de Cooperação Técnica Alemã – GTZ. O IARA tem como função primordial trazer respostas aos diversos grupos pesqueiros existentes no universo amazônico servindo como elemento mediador dos conflitos porventura existentes.

Ainda segundo o IBAMA, esta tentativa, entretanto, não logrou êxito desejado, daí o projeto IARA foi extinto dando lugar ao Projeto Pro-Várzea que teve como objetivo primordial o estabelecimento de bases científicas, técnicas e políticas para a preservação e manejo ambiental e socialmente sustentável dos recursos pesqueiros na bacia amazônica.

Em todo este processo pode-se destacar dois atores: o Estado, com seu papel regulamentador e controlador do uso racional dos recursos naturais, e de outro a sociedade civil, que utiliza os recursos naturais como meio de sustento. Estes dois lados antagônicos quase sempre apresentam posições contraditórias e, vez por outra, geram-se tensões internas e externas. Como forma de amenizar essa convivência apregoa-se o

uso da gestão participativa como forma de convergir os interesses entre estes entes, entretanto em que pese não existirem instrumentos capazes de medir a efetividade dessa prática, a simples previsão legal da existência desses acordos não tem trazido benefícios efetivos para o seu sucesso.

Como forma de suprimir essa ausência de acordos entre o ente estatal e a sociedade interessada, foi ventilada a possibilidade de se delegar aos Conselhos Regionais de Pesca esse mister; tal fato não levou em conta que os Conselhos Regionais foram originados da influência de instituições externas que tinham como objetivo difundir o consenso entre grupos distintos, do que sendo originário da própria comunidade interessada. Neste sentido é salutar citar NADER (1994), que estabelece:

[...]analisar vários casos de possíveis ligações entre a evangelização cristã e as leis constatando que, desde o início do séc. XIX, os missionários estavam fortemente envolvidos com a solução de disputas e gostavam do papel de pacificadores, não que isso seja obrigatoriamente positivo. Pelo contrário, a preocupação muitas vezes se resume, não com as causas da discórdia, mas em criar consenso, homogeneidade e concórdia a qualquer preço, sem levar em conta o contexto de diferentes interesses e conflitos envolvidos.

Conforme exposto acima, constata-se que os movimentos sociais, as políticas de ordenamento pesqueiro e a literatura sobre pesca interior para alguns estados são vastos. Por outro lado, pouco se sabe sobre o estado de Roraima, apesar de integrar a bacia, sendo limítrofe ao Amazonas. Segundo Ferreira (2007), em Roraima, o setor é tímido e a produção não chega a suprir o mercado local, que importa pescado do estado do Amazonas. Segundo o mesmo autor, a maior parte dos pescadores e embarcações está concentrada nos municípios de Rorainópolis, Caracaraí e Boa Vista e chama a atenção para o fato do estado de Roraima possuir o menor consumo *per capita* de pescado da região, estimado em cerca de 7,7kg/ano.

No mesmo sentido, não se encontra na literatura, qualquer diagnóstico ou descrição sobre o setor pesqueiro de Roraima e é desconhecido o perfil socioeconômico dos pescadores. Os poucos estudos encontrados, conforme Ferreira (2007), possuem enfoque sobre a biologia e ecologia das espécies exploradas.

O Estado de Roraima faz parte da Amazônia legal e é fronteiro com a Venezuela e a República Cooperativista da Guiana, localizada na região Noroeste do Brasil é encravado no Planalto das Guianas e apresenta como vegetação dominante a floresta amazônica, havendo também uma grande faixa de savana no centro-leste e ao sul predomina a planície amazônica. É composto atualmente de 15 municípios, destacando-se o município de Caracaraí com 21,15% do território total do estado. O clima predominante é tropical úmido e equatorial sub-úmido, com amplitude térmica máxima de 18° C, com a temperatura média mínima de 20° C, com níveis baixos em relação ao mar; como exceção a esta amplitude térmica, temos as regiões com altitudes acima de 1.100 m cuja temperatura mínima chega à 6° C e a máxima à 20° C².

No que diz respeito às estações climáticas elas são bem definidas, sendo: a chuvosa e a seca; a chuvosa concentra-se entre os meses de abril à setembro e a seca, entre os meses de outubro à março. O índice pluviométrico médio varia de 2.200/2.250 mm SW à 1.600/1.000 mm a NE da bacia do Rio Branco. A cobertura vegetal do estado de Roraima integra a floresta amazônica é classificada como “Projeto RandamBrasil” e é dividido em oito tipos, sendo eles: florestas ombrófilas tropicais de baixa e média altitude, floresta ombrófilas tropicais densas de montanha, ombrófilas tropicais abertas com e sem palmeiras,

² Dados colhidos junto à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima – SEPLAN/RR

floresta tropical estacional semidecidual, floresta tropical densa, savanas, campos limpos do Rio Branco e refúgios ecológicos³.

Ponto importante para análise da presente dissertação diz respeito à hidrografia do Estado de Roraima que faz parte da Bacia Hidrográfica Amazônica e tem área total de 204.640 km² divididas entre os rios Branco (45.530 km²), Uraricoera (25.184 km²), Catrimani (17.269 km²), Mucajaí (21.602 km²), Tacutu (42.904 km²) e Anauá (25.121 km²) e seus tributários⁴.

³ Dados colhidos junto à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima – SEPLAN/RR

⁴ Dados colhidos junto à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima – SEPLAN/RR



Figura 1. Bacia Hidrográfica de Roraima (Mapas de Roraima, 2015).

De todos os rios de compõe a bacia hidrográfica de Roraima o rio Branco é apresenta maior representatividade em termos de abrangência territorial, uma vez que ele praticamente transpassa toda região do estado. Este rio é um tributário do rio Negro é escoa no sentido norte-sul e é originado da confluência entre os rios Uaricoera e Tacutu, a 30 Km a montante da cidade de Boa

Vista. Tem como principais afluentes os rios Cauamé, Mucajaí, Anauá e Catrimâni⁵.

Boa Vista é a capital do Estado de Roraima. A cidade situa-se na porção centro-oriental do estado, na microrregião de Boa Vista, mesorregião do Norte de Roraima, possuindo uma área de 5.117,9 km² (que corresponde a 2,54% do estado), limita-se com Pacaraima a norte; Normandia a nordeste; Bonfim a leste; Cantá a sudeste; Mucajaí a sudoeste; Alto Alegre a oeste e; Amajari a noroeste. O município possui 1.447,35 km² de áreas indígenas, o que corresponde à 25,33% do território total. (GUÍA TURÍSTICA DE RORAIMA, 2008).

De acordo com Ferreira (2007), a população de Boa Vista consome cerca de 2.300 toneladas/ano de pescado, das quais, apenas 300 toneladas são pescadas em ambientes naturais (o restante é proveniente da aquicultura e de importações do Estado do Amazonas). Assim, ao se considerar a população, o consumo *per capita* resulta em 7,7kg/ano, o que é muito inferior ao restante da região Amazônica. Ainda segundo Ferreira (2007), pouco se sabe sobre a realidade do setor no município, apesar da Secretaria de Pesca e Aquicultura - SEAP ter registrado para o Estado todo de Roraima, cerca de 2.600 pescadores profissionais e 631 embarcações.

Dentro da cidade de Boa Vista faz-se necessário dá um recorte geográfico para analisar o bairro Francisco Caetano Filho, conhecido popularmente com *Beiral*, que é localizado na Zona Sul da Capital à margens do Rio Branco e que abrange os bairros de São Vicente, Calungá e Centro de Boa Vista, tal fato justifica-se devido ao fato de que nessa localidade há grande atividade econômica de pesca e serve também de residência para muitos pescadores. (Figura 02)

⁵ Dados colhidos junto à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima – SEPLAN/RR



Figura 2. Bairro Francisco Caetano Filho (Beiral) (Google Maps, 2015).

A história do bairro está intrinsecamente ligada à origem da cidade de Boa Vista, neste sentido aponta OLIVEIRA (2010):

Os associados da Organização dos Índios da Cidade têm inicialmente desafios duplos: o primeiro é buscar respostas para as lacunas apresentadas pela historiografia regional, na construção histórica e cultural da cidade de Boa Vista, e o segundo, de garantir o reconhecimento da cultura indígena diferenciada da nacional. Quando a ODIC realiza as oficinas culturais nos bairros, os parentes desejam debater aspectos da história a partir da existência da fazenda Boa Vista do rio Branco (1830) que é marcada pela presença de malocas das etnias Makuxi, Wapichana e de alguns Paravilhana ou Paraviana, cuja etnia está desaparecida. De acordo com os relatos dos parentes, faz-se necessário discutir a origem da cidade de Boa Vista a partir da presença das referidas malocas que antecedem a fazenda Boa Vista. Esse tema é relevante para os índios urbanos, pois indica a participação efetiva desses povos indígenas na origem da cidade.

A área objeto de estudo teve registrada suas primeiras edificações nas décadas de 30 e 40, por influência da Igreja Católica os primeiros moradores fixaram-se naquela porção, com o intuito de executar a exploração mineral às margens do Rio

Branco; tal fato causou uma grande degradação ambiental a uma área até então intocada. (SOUSA, 2009).

De acordo com a Secretaria Municipal de Gestão Participativa-SEMGP, as principais atividades econômicas desenvolvidas, no século XIX, na localidade conhecida atualmente com *Beiral*, estavam associadas à criação de gado, agricultura de subsistência e a atividade pesqueira. Posteriormente, ainda segundo a SEMGP, a exploração mineral deu grande impulso à ocupação das margens do Rio Branco.

Diferentemente dos estados das regiões Sul e Sudeste, o estado de Roraima não sofreu um processo migratório que foi impulsionado pela industrialização, mas sim atraídos pela possibilidade de melhoria de vida através do garimpo, grande quantidade de nordestinos e sulistas aportaram neste estado com o sonho do “eldorado”. Neste sentido aponta SILVA (2009, p.51): “a cidade de Boa Vista, (...) concentra uma população não somente nativa, mas de imigrantes que buscam a última fronteira, como alternativa de sobrevivência”. Nesta atmosfera foi impossível evitar-se a proliferação de bairro sem qualquer tipo de planejamento urbanístico, o que ocorreu com o *Beiral*.

Outro fator relevante de migração, além da “corrida do ouro” deveu-se ao programa do Governo Federal que tinha como diretriz ocupar essa região longínqua por questões relacionadas à segurança nacional. Sobre tal fato VALE(2007):

(...), promoveu o crescimento do Território através de uma política urbana concentrada na capital, realizando obras infra estruturais físicas e socioeconômicas. Contudo, devido ao intenso crescimento populacional, com o agravamento de déficit habitacional, ampliou significativamente áreas ocupadas por habitações, construídas de improviso, em locais geralmente inadequados e sem obedecer aos requisitos mínimos de habitabilidade.

Toda esta ocupação desordenada trouxe sérios problemas estruturais e sociais ao bairro, que estão refletidos hoje na falta

de estrutura de equipamento e serviços públicos básicos, neles incluídos saneamento básico, asfalto, iluminação pública, postos de saúde, dentre outros, e problemas de ordem social que tem na violência do local seu principal expoente, já que o bairro é conhecido ponto de drogas na cidade de Boa Vista. Neste sentido aponta ANDRADE (2011):

Vejamos que já nesse processo de ocupação do estado de Roraima, os problemas de planejamentos tornaram-se algo recorrente, propiciando a formação de guetos e bairros sem estrutura, alguns provenientes de invasões e que, com o tempo, foram admitidos pelo poder público como bairros.

É nesse contexto que percebemos que a área Caetano Filho, adquire em parte de sua estrutura, características de uma favela, principalmente no que toca a questão da falta de estrutura urbana e área degradada como já foi citado acima, mas podemos ainda acrescentar a falta de segurança pública efetiva no local como um dos principais problemas contemporâneos.

3 METODOLOGIA

O conceito de metodologia segundo DEMO (1981:07) pode ser entendido como sendo “*o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência*”. Segundo o dicionário eletrônico de Aurélio metodologia pode ser definida como sendo “*1. Arte de dirigir o espírito na busca da verdade; 2. Aplicação do método no ensino*”.

Neste sentido afirma GIL (1994:27) que o método científico pode ser entendido como sendo um “*conjunto de procedimentos intelectuais e técnicas adotadas para se atingir o conhecimento*”.

Corriqueiramente há uma grande dúvida na distinção entre método e técnica, para dirimir esta questão recorre-se ao conceito adotado por RUIZ (1966:138), que afirma que: “*método(....) traçado das etapas fundamentais da pesquisa, enquanto a palavra técnica significa os diversos procedimentos ou a utilização de diversos recursos peculiares a cada objeto da pesquisa, dentro das diversas etapas do método*”.

O campo de atuação da metodologia pode ser dividida entre dois campos focais para qual ela se propõe, sendo eles: quanto aos fins e aos meios da pesquisa.

Sendo que quanto aos fins, afirma VERGARA (1998:45) que se pode classificar uma pesquisa quanto aos fins em: “*exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista*”. Neste trabalho utilizou-se a pesquisa descritiva, uma vez que se buscou identificar e descrever as características socioeconômicas de uma amostra de pescadores no Município de Boa Vista/RR.

A presente pesquisa baseou-se em um estudo qualitativo da população objeto de estudo uma vez que não se pôde empregar a técnica de inferência estatística, onde se partindo de uma amostra da população, com o emprego de técnicas estatísticas (média,

mediana, moda, desvio padrão, dentre outros) buscou-se a aderência necessária aos objetivos do estudo, haja vista que o estado de Roraima se mostra muito carente no registro e sistematização dos dados quantitativos relativos ao setor pesqueiro.

Quanto aos meios utilizados nesta pesquisa, podemos ainda citar VERGARA que trouxe como destaque que os meios de investigação podem ser: pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, pesquisa ação, estudo de caso, etc.

Ainda segundo a autora a pesquisa de campo pode ser entendida como sendo : *“uma investigação empírica que se realiza no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno e pode incluir questionários, entrevistas, teste e observações”*.

Para alcançar os objetivos propostos, foram realizadas pesquisas em dados secundários existentes em órgãos públicos relativos ao setor e associação de pescadores do Município de Boa Vista.

Foram também estabelecidas entrevistas com profissionais do setor objeto de pesquisa. Estas foram feitas por meio de questionário preenchido pelo pesquisador (ver anexo 01) com os moradores locais e a outras organizações envolvidas com o setor pesqueiro; sendo abertas com registro de campo e, também, através de questionários dirigidos às lideranças, homens e mulheres moradores das comunidades. As entrevistas fechadas por meio de questionários abordaram as questões relativas ao perfil socioeconômico dos pescadores profissionais.

Desta forma, quanto aos meios pode-se classificar a presente pesquisa como sendo:

- bibliográfica, uma vez que, a base para a fundamentação teórica e metodológica da presente pesquisa partiu da investigação do estado da arte dos

principais temas que a permeiam, destacando-se: histórico descritivo do processo de pesca na região norte do Brasil, análise geográfica da região objeto da pesquisa, importância socioeconômica do setor pesqueiro para a economia local;

- de campo, pois para a análise dos dados socioeconômicos foram utilizadas pesquisas com as comunidades que diretamente tem na atividade pesqueira, seu principal meio de subsistência.

Uma vez coletados os dados relativos à pesquisa de campo, os mesmos subsidiaram análises socioeconômicas que permitiram ao autor traçar um perfil, ainda que elementar, do setor pesqueiro no estado de Roraima.

Para a análise e interpretação dos dados, apesar de serem etapas distintas do processo estão intrinsecamente ligados, neste sentido afirma GIL (2002, p.146):

A análise e interpretação dos dados na pesquisa-ação constitui tema bastante controverso. Há pesquisas em que os procedimentos adotados são muito semelhantes aos da pesquisa clássica, o que implica considerar os passos: categorização, codificação, tabulação, análise estatística e generalização. Há, porém, pesquisas em que se privilegia a discussão em torno dos dados obtidos, de onde decorre a interpretação de seus resultados. Dessa discussão participam pesquisadores, participantes e especialistas convidados. Muitas vezes o trabalho interpretativo é elaborado com base apenas nos dados obtidos empiricamente. Há casos, entretanto, em que contribuições teóricas tornam-se muito relevantes. Por exemplo, nas pesquisas sobre migração e movimentos sindicais, que envolvem muitas variáveis não manifestas, as contribuições teóricas são muito importantes. Só com base nelas é que os dados obtidos podem ser organizados segundo um quadro de referência que lhes empresta significado.

Ambas fazem parte de um processo em que o pesquisador irá consolidar, limitar e interpretar os dados objeto de coleta, construindo a análise de conteúdo, para, partindo dela, formar significado sobre o objeto de pesquisa.

Para a realização do estudo da estimativa do impacto do setor pesqueiro no Produto Interno Bruto (PIB) estado de Roraima

utilizou-se um estudo comparado do setor em relação ao valor total do PIB estadual. Desta forma será possível estabelecer o valor percentual que o setor representa à economia local.

Foi realizada uma campanha de coleta na localidade pesquisada, onde, foram realizadas cento e cinquenta entrevista no período de março à abril do corrente ano.

4 SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS COLETADOS

Este capítulo tem como objetivo primordial a sistematização dos dados coletado através de pesquisa de campo realizada junto a Colônia de Pescadores de Roraima, cuja a sede fica situada à Av. Mario Homem de Melo, 3836 e tem como presidente o Sr. Raimundo José Gomes Sobrinho.

No sentido da pesquisa de campo produzir conhecimento relativo a um problema, testar uma hipótese ou gerar novas descobertas em uma determinada área elaborou-se um questionário onde pode-se contemplar dados que pudessem dotar a presente dissertação de robustez necessária para gerar informações sólidas sobre o tema abordado.

A técnica utilizada para tal mister foi a da entrevista individual, onde-se o pesquisador de posse do questionário pré-elaborado indagou vários componentes da colônia sobre temas correlatos ao objeto de estudo.

De posse desses dados partiu-se para o estudo qualitativo dos dados, uma vez que, a maioria dos itens objetos da pesquisa, não permitiriam um tratamento estatístico já que abordam questões socioeconômicas.

Há que se ressaltar a dificuldade encontrada pelo pesquisador na compilação dos dados colhidos, uma vez que o setor não apresenta qualquer sistematização, seja em organismos públicos ou privados, de dados relativos ao setor pesqueiro; desta feita, a presente pesquisa buscou nortear o referido setor de dados, ainda que qualitativos, que pudessem dar início ao preenchimento desta lacuna em um setor de muita importância para o quadro socioeconômico do estado de Roraima.

A análise qualitativa foi a única forma encontrada pelo pesquisador para explicitar os resultados de sua pesquisa de campo, uma vez que a análise de dados qualitativos é um

fenômeno recentemente retomado, que se caracteriza por ser um processo indutivo que tem como foco a fidelidade ao universo de vida cotidiano dos sujeitos, estando baseada nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa.

Segundo André (1983) ela visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto.

Contemporaneamente vem-se discutindo a necessidade de estabelecimento de pré-requisitos básicos para a apresentação objetiva de dados qualitativos, busca-se definir qual a melhor forma de apresentação dessas informações, que possam contribuir para a formação de conhecimento científico. A maioria dos autores ligados ao tema elege a experiência do pesquisador dentro da área objeto de estudo, juntamente com a literatura vinculada ao tema correlato, como condição "*sine qua non*" para o sucesso da pesquisa qualitativa.

Porém, há uma dificuldade imediata: a não existência de procedimentos apropriados devidamente descritos na literatura (LUDKE; ANDRÉ, 1986), o que torna o pesquisador inseguro na delimitação de critérios e passos metodológicos.

De toda essa escassez de procedimentos apropriados surgem frequentemente dúvidas como a levantada por CAMPOS (1984) onde o mesmo afirma existir uma questão dúbia, que nem sempre pode ser resolvida que é a garantia de que o trabalho de campo venha a tornar-se pesquisa de fato, ou seja, gerar conhecimento crítico sobre uma realidade analisada, e não apenas dados desconexos com o universo objeto de estudo, neste sentido não pode-se recorrer a literatura pátria para tentar dirimir e traçar os limites necessários, uma vez que a mesma mostra-se muito escassa sobre o tema.

Desta feita, de um lado as abordagens qualitativas traçam caminhos alternativos em relação à rigidez positivista, no campo

das ciências sociais e humanas, por outro lado, vêm-se frequentemente associado à constante preocupação da classe científica de sua não possibilidade de sistematização, fato esse que ocorreu durante a tentativa de compilação dos dados socioeconômicos da presente pesquisa.

Há que ainda ressaltar que, ainda que os passos metodológicos em uma abordagem qualitativa não estejam previamente definidos, o pesquisador não se deve considerar um ser “ilhado” tendo apenas sua intuição como guia, uma vez que o contato com a realidade pesquisada em associação com a fundamentação teórica o permitirá trazer à tona conclusões sobre o tema estudado. Assim, ao fugir da rigidez o pesquisador não deverá perder o rigor em seu trabalho - regra primeira para a concretização de um projeto científico que possa vir a contribuir para um conhecimento na área (GOMES, 1990).

Na busca da associação entre a realidade pesquisada e a fundamentação teórica do tema em questão, o pesquisador pôde observar alguns tópicos que merecem destaque para um futuro aprimoramento do tema, dentre eles:

- A maioria dos pescadores que foram entrevistados são migrantes do Nordeste do Brasil e vieram para o estado de Roraima na esperança de melhoria de vida e encontraram na pesca, inicialmente uma forma de subsistência e, posteriormente, um meio de vida;
- Quase a totalidade de seus familiares contribuem, direta ou indiretamente, com sua atividade profissional, seja no manejo ou comercialização do pescado explorado;
- Um dado estatístico que merece relevância diz respeito ao rendimento médio domiciliar médio *per capita* estimado auferido na atividade pesqueira que, na maioria dos casos (75%), não ultrapassa a um e meio salários mínimos vigentes (R\$ 788,00 – setecentos e oitenta e oito reais); o que, segundo dados do

IBGE medidos através da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua 2014 (PNAD), se comparado à média regional, cujo valor foi de R\$ 741,57 (setecentos e quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos) ficou acima desta e ao se comparar com o valor da renda média local, que foi de R\$ 871,00 (oitocentos e setenta e um reais), ainda segundo a PNAD, continua superior na comparação;

- No que diz respeito à estrutura domiciliar e urbana há um equilíbrio no quesito relativo a zona de origem, onde parte mostra-se urbana e outra rural;

- No que se refere à propriedade da habitação a grande maioria tem residência própria que, segundo os entrevistados, foi adquirida com os recursos oriundos da atividade pesqueira;

- Com relação a atividade pesqueira a maioria dos pescadores atuam há mais de 10 anos com atividade profissional de pesca;

- Um dos itens observados durante a pesquisa foi de que a atividade pesqueira não guarda fronteiras territoriais, onde todos os entrevistados, sem exceção, já desenvolveram suas atividades em outras regiões;

- Todos os entrevistados afirmam que não pescam só, sempre tem ajuda de parentes ou outros pescadores, segundo os entrevistados pela natureza da atividade a pesca não pode ser feita de forma isolada;

- No que diz respeito a quantidade de dias semanais que eles dedicam a atividade pesqueira, a totalidade dos entrevistados afirmaram que pescam 05 ou mais vezes por semana, salvo durante o período do defeso onde não desenvolvem suas atividades normais, sendo seu sustento nessa época provido pelo pagamento do seguro;

- Com relação à quantidade de horas diária dedicadas à atividade pesqueira a grande maioria afirmou dedicar

aproximadamente 08 horas diárias para o desenvolvimento da atividade, parte desse tempo é usada para a preparação e manutenção dos equipamentos de pesca e outra parte para a efetiva realização da pesca;

- A quantidade de combustível utilizada semanalmente também foi objeto da pesquisa e nesse item a quantidade é variável de acordo com a distância a ser percorrida o que é ditado pela época do ano, uma vez que a quantidade de peixes varia de região para região, o que obriga o pescador a percorrer distâncias maiores ou menores à procura do pescado a ser explorado;

- No quesito filiação sindical todos são filiados a algum tipo de sindicato e reconhecem a importância de tal para a melhoria das condições de vida de cada associado;

- Na questão de consumo de pescado de sua própria produção a questão cultural mostra com fator de influência, uma vez que o consumo médio semanal de cada membro pesquisada está acima de 5 kg semanal;

- Um item de relevância diz respeito a dedicação exclusiva que os entrevistados dedicam à atividade pesqueira, uma vez que a grande maioria afirmou que não possui outra atividade remunerada, sendo sua única fonte de renda proveniente da atividade pesqueira;

- Foi constatada através da pesquisa de campo a grande variedade de espécies que são pescadas nos rios da região, não sendo predominante um tipo único de espécie de são exploradas. Merecem destaques as seguintes espécies, identificadas pelas denominações vulgares: Matrinxã *Brycon* sp; Pacu *Piaractus mesopotamicus*; Pirarucu *Arapaima gigas*; Tambaqui *Colossoma macropomum*; Pirapitinga *Piaractus brachypomus*; Piranambu *Platynemichthys notatus*.

- Foi indagado aos entrevistados sobre a utilização de equipamentos para o desenvolvimento da atividade pesqueira e

todos, sem exceção, afirmam que utilizam algum tipo de equipamento para auxiliá-lo na pesca, sendo os principais os seguintes: anzol, arpão, malhadeira, espinhel e linha de mão;

- No quesito sobre a possibilidade de desempenho de alguma atividade remunerada durante o período do defeso houve um equilíbrio percentual dos entrevistados, que parte afirma que exerce outra atividade durante o citado período, fazendo o que chamam de “bico” e outra parte afirma que não exerce qualquer atividade remunerada durante este lapso temporal.

5 CONCLUSÕES

Não se pode iniciar este capítulo sem ressaltar novamente a importância do setor pesqueiro dentro do contexto do estado de Roraima, uma vez que remota de longa data a relevância da cultura da pesca para o homem amazônico, sendo a pesca responsável pelo provimento de alimentos, renda e meio de vida para milhares de pessoas que tiram dessa atividade seu sustento.

Ainda que este setor seja de suma importância para a economia local, ficou patente a falta de dados que possam gerar um norteamento para este segmento econômico, seja através de Organizações não Governamentais (ONG's) ou entidades governamentais, os dados colhidos refletem apenas o quantitativo de pescadores ativos e alguns estudos que não contribuem para o aprimoramento do setor.

O cenário local não difere muito do que é apontado pelos organismos internacionais de pesca, uma vez que a constante redução dos estoques pesqueiros e conseqüentemente o aumento do esforço de pesca para compensar essa redução, o que tem contribuído sobremaneira para o agravamento da crise social que se abate sobre esse setor, o que torna urgente a elaboração de políticas públicas que possam reduzir esse impacto tornando o setor mais atrativo para quem dele depende.

Para fins de análise comparativa podemos definir a estrutura atual encontrada no estado de Pará com uma norteadora para o estado de Roraima, uma vez que a similitude de dados encontrados torna aquele estado como um “*benchmark*” no setor pesqueiro. Toda a estruturação apresentada naquele estado, uma vez implantada no estado de Roraima, observando-se as devidas proporções, alavancaria o setor pesqueiro e seria dada a devida

importância para este ramo da atividade econômica que se mostra fundamental para o desenvolvimento do estado.

Pode-se inferir sobre qual tipo de modelo intervencionista estatal seria necessário para uma formulação ideal, ou próximo dela, para o setor em questão; não há um modelo único, autônomo do ponto de vista estrutural, mas sim uma compilação de ações que possam resultar no maior desenvolvimento para o setor pesqueiro, sendo que há que se observar que essas políticas públicas não podem impostas aos “*players*” do setor sendo sim fruto de um consenso entre todos os entes que tenha interesses no setor em questão. Em que pese cada vez mais na economia contemporânea diminuir-se a importância intervenção do ente estatal, sistematizada pela política neoliberal onde o estado funciona apenas como regulador a atividade econômica, alguns setores seja devido à importância estratégica, seja pela sua fragilidade ou por sua importância social, não devem ser somente regulados, mas sim impulsionados pelo ente público, aplica-se um pouco a teoria hobbesiana, do estado intervencionista com poder soberano sobre certos interesses, uma vez que as comunidades pesqueiras isoladas não apresentam condições de buscar soluções viáveis para o seu setor, seja devido à falta de estrutura organizacional, seja devido ao baixo poder político que exercem na sociedade.

Sob este espectro da importância da ação intervencionista do estado no setor em análise, onde o mercado pesqueiro não se mostrou capaz de se autorregular, bem como essa deficiência associada a uma falta de políticas públicas gerou danos graves ao setor que ficou relegada a uma condição inferior à importância que ele representa, trazendo como consequências a não exploração na sua plenitude de seu potencial econômico, acarretando a desvalorização sistemática do setor, fato este não somente observado no estado de Roraima mas em toda a região Norte do Brasil.

Esta forma de tratamento dispensada ao setor pesqueiro vem-se perpetuando ao longo de muitas décadas onde a criação de órgãos governamentais não se mostraram suficientes para atender as demandas que o setor buscava, não sendo estes entes governamentais capazes de provocar um discurso com as comunidades interessadas que pudessem resultar em uma legislação eficaz para o setor, prova disso é explicitada através da situação socioeconômica precária em que se encontra o setor pesqueiro no estado de Roraima e, de uma forma mais ampla, em todo o Brasil. Nem mesmo a criação do Ministério da Pesca criado no ano de 2009 através da Lei 11.958 em substituição a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca mostrou-se eficaz para a atendimento das necessidades do setor, uma vez que é de suma importância que haja uma maior integração desse órgão governamental com os entes interessados, o que não vem ocorrendo ao longo dos últimos anos.

Ao longo de várias décadas pode-se observar que as políticas até então estabelecidas não tiveram o condão de efetivamente trazer benefícios concretos ao setor pesqueiro, no caso específico do estado de Roraima não foi diferente uma vez que a pesca se encontra sub-rogada a uma condição inferior à importância que o setor representa. Ante essa condição a uma das formas de reversão desse quadro atual encontra guarida na organização social dos pescadores, através de colônias ou sindicatos, onde sua união representará uma voz que reverberará de forma mais intensa forçando os entes governamentais a estabelecerem políticas públicas que possam trazer benefícios ao setor.

Trazendo-se o foco para os objetivos específicos da presente dissertação pode-se concluir que pontos, até então objeto de estudos, mostraram-se prejudicados pela precariedade dos dados estatísticos dos setores públicos que teoricamente tem a função primordial cuidar do setor pesqueiro no estado de Roraima, o que

pode-se observar foi um total descaso com um setor de suma importância para o desenvolvimento regional. Essa falta de interesse do ente público traz como consequências graves dificuldades para que dele depende, pode-se comprovar que toda a cadeia produtiva se encontra comprometida de forma negativa, tendo em vista que desde a ato de pesca até a comercialização os consumidores finais, não existem processos que possam gerar riqueza e desenvolvimento para o pescador artesanal, falta essa que se reflete na baixa condição socioeconômica que a classe se encontra inserida no estado de Roraima.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE , J.P.P; Processo de Formação da Área Francisco Caetano Filho (Beiral) e os Problemas de Urbanização e Segurança Pública; Boa Vista; 2011;

ANDRÉ, M. E. D. A. (1983). Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. Cadernos de Pesquisa, (45): 66-71.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação. In: Ambiente & Sociedade, ano II, n 5, 1999.

AURÉLIO. Dicionário de Aurélio. . Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/metodologia>>. Acesso em 23/01/2015.

ANTÔNIO, Marcos Souza dos Santos; A Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal no Estado do Pará: Estudo de Caso no Nordeste Paraense; Amazônia Cia e Desenvolvimento; Belém, 2005;

BARBOSA R.I.; FERREIRA E.J.G & CASTELLÓN E.G.(eds). Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima. INPA- 1997;

BARRETO, Paulo *et al.* Pressão humana na floresta amazônica brasileira. Belém: WRI: Imazon, 2005. Tradução de Glaucia Barreto e Tatiana Veríssimo.

BARTHEM, Ronaldo Borges; FABRÉ, Nídia Noemi. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia, Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004.

BATES, H. W. 1863. The naturalist on the River Amazon. John Murray, London. P.461

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. Rio de Janeiro. Ed. Conquista, 1976.

BITENCOURT, A.. Aspectos da pesca na Amazônia. In: Boletim da Sociedade Brasileira de Geografia. v.1(5), 1951.

BATISTA, V.S.; ISAAC, V.J; VIANA, J.P.; Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, Mauro Luis (Coordenador). A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. Manaus: Ibama/Provarzea, 2004.

CAMARGO, S.A.F. de; PETRERE, M. 2001. Social and financial aspects of the artisanal fisheries of Middle São Francisco river, Minas Gerais, Brazil. Fisheries Management and Ecology (8): 2, 163-172p.

CAMPOS, M. M. (1984). Pesquisa participante: possibilidades para o estudo da escola. Cadernos de Pesquisa,(19):63-66.

CAMPOS, A. J. T. C. 1993. Movimentos sociais de pescadores amazônicos. pp. 231-242. In: Furtado, L.; Mello, A.F. & Leitão, W. (eds.). Povos das Águas. Realidade e perspectiva na Amazônia. MPEG/UFPA, Belém.

CELENTANO, D.; SANTOS, D.; VERÍSSIMO, A. A Amazônia e os objetivos do Milênio 2010. Belém, PA: Imazon, 2010.

CHATTERJEE, S.; PRICE, B. Regression Analysis by Example. New York: John Wiley & Sons, 1991, 278p.

COMIER-SALEM M.C., Paysans-pêcheurs du terroir e marins-pêcheurs du parcours. Les géographes et l'espace aquatique. L'espace Géographique, 1995, no. 01, pp.46-59.

CORREA, Maria Angélica de Almeida; KAHN, James Randall e FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; A Pesca no Município de Coari, Estado do Amazonas, Brasil. 2011;

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Rios e Lagos: a apropriação das águas pelos camponeses ribeirinhos na Amazônia In: Cultura Popular, Patrimônio Imaterial e Cidades. BRAGA, Gil Ivan Sérgio (Org.). Manaus: Edua, 2007.

DEMO, Pedro. Educação e desenvolvimento: algumas hipóteses de trabalho à frente da questão tecnológica. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro: nº105, p,149-170, abril/jun, 1991.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito do paraíso perdido. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 24, 1996, p. 141-151.

Direito, política e manejo pesqueiro na Bacia Amazônica/organizado por Serguei Aily Franco de Camargo e Thais Lustosa de Camargo – São Carlos: Rima Editora, 2012 – e-book.

FERREIRA, S.R.B. Variabilidade Genética da Dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii* – SILURIFORMES: PIMELODIDAE), na Bacia do Rio Branco, Roraima, Amazônia Brasileira. Universidade Federal de Roraima: Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais. Dissertação de Mestrado, 2007, 59p.

Ferreira, A. R. 1972. Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783-1792. Memórias: Zoologia, Botânica. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura.

FREITAS, Aimerê. Geografia e História de Roraima. Boa Vista, Editora IAF, 2009.

FURTADO. L.G “Reservas pesqueiras, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas”. In: FURTADO L.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Orgs.). Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia. Belém: CNPq/MPEG/UFGPA, 1993, pp.243-279.

Furtado, L. G. 1981. Pesca artesanal: Um delineamento de sua história no Pará. Bol.Mus. Para.,. Emílio Goeldi, série Antrop., 79:50 p.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. São Paulo: Atlas,2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas,1995.

GOMES, W. (1990). Considerações sobre a submissão de projetos que utilizam métodos qualitativos de pesquisa para agências financeiras. Anais do 3º Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico, ANPEPP. Águas de São Pedro, São Paulo, 239-243.

GOULDING, M. 1983. Amazonian fisheries. pp. 189-210. In: Moran, E.F. (ed.). The dilemma of Amazonian development. Westview Press, Boulder.

GUÍA TURÍSTICA DE RORAIMA: ecológica, histórica y cultural – Brasil. São Paulo: Empresa das Artes, 2008. Serie Guías Empresa das Artes de Turismo em Brasil.

HARTAMANN, W.D. Por uma coadministração de recursos pesqueiros em águas interiores da Amazônia. O caso das comunidades ribeirinhas e pesqueiras do Lago Grande de Monte Alegre. In.DIEGUES, A.C(Ed.).Populações Humanas, Rios e Mares da Amazônia. Encontro de Ciências Sociais e no Mar no Brasil, 4 th, 1990. Belém. Resumens....Belém, 1992.p. 157-171.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rr>>. Acesso em 12 de novembro de 2014;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível<<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=&codmun=130120&search=amazonas%7Ccoari%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em 05 de março de 2015;

LUDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. A. (1986). Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU;

MEGGERS, B. Amazônia: a ilusão de um paraíso. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,1977, 207 p;

NADER, Laura. Harmonia Coercitiva. A economia política dos modelos jurídicos. Tradução: Claudia Fleith. Revista Brasileira de Ciências Sociais, no. 26, ano 9, pp. 18-29, outubro de 1994;

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes organizador. Projeto Kuwai Kîrî: a experiência amazônica dos índios urbanos de boa Vista – Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010. P. 62-63.

PEREIRA, Santos dos Henrique, et al. A diversidade da Pesca nas Comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: FRAXE, Jesus de Therezinha, et al. Comunidades Ribeirinhas Amazônicas. Manaus: EDUA, 2007

PEREIRA, Santos dos Henrique. Gestão participativa e o movimento de preservação de lagos no Amazonas. Salvador: Cadernos ceas, 2003.

RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n° 10, p. 21-32, jul/dez. 2004. Editora UFPR.

RUFFINO, M.L.Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia. Manaus: PROVARZEA/IBAMA, 2005.153 P.

RUIZ, João Alvaro. Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. Atlas, São Paulo, 1996.

Smith, N. J. H. 1979.A pesca no rio Amazonas.INPA,Manaus. 154 p.

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima – SEPLAN/RR; <<http://www.seplan.rr.gov.br>; Acesso em: 12 de março de 2010;

SILVA, Paulo Rogério de Freitas et al. A Segregação Como Conteúdo da Nova Morfologia Urbana de Boa Vista . Revista Acta Geográfica, ano III, N°6, jul./dez. 2009;

Spix, J. V. & von Martius, C. F. B. (1822-1831). Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestat Maximilian Joseph I. Königs von Baiern in den Jahren 1817 bis 1820. M.Lindauer, Munique;

SOUSA, Willame. Caetano Filho: Beiral resiste ao tempo e ao preconceito –Jornal Folha de Boa Vista. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/fbv/Noticia_Impressa.php?id=59788>. Acesso em 15 julho de 2014;

VALE, Ana Lia Farias. Migração E Territorialização: As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista / RR. Presidente Prudente: Unesp, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. Atlas, São Paulo. 1998.88 p.

Veríssimo, J. 1995. A pesca na Amazônia. Livraria Clássica Alves, Rio de Janeiro. 206 p.

Veríssimo, J. 1970. A pesca na Amazônia. Belém/PA. Universidade Federal do Pará. 130 p.

Wallace, A. R. 1953. A narrative of travels on the Amazon and Rio Negro, with an account of the native tribes, and observations on the climate, geology and natural history of the Amazon valley. Reeve & Company, London. 363 p.

WEBCIENCIA. Amazônia. Disponível em: <http://www.webciencia.com/17_intro.htm>. Acesso em: 04 jul. 2010.

XIMENES, Tereza (Org.). Políticas pesqueiras nos países amazônicos. Série Cooperação Amazônica. Belém:

UNAMAZ/UFPA/NAEA, 1996.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO

FICHA N°

COMUNIDADE: _____ DATA: _____

A) DADOS PESSOAIS

1 Nome do pescador: Sexo: () masculino () feminino Data de nascimento: Endereço: Cidade/Estado: CEP:	Estado civil: 1 solteiro 2 casado 3 amigado 4 divorciado/separado 5 viúvo
2 Dependentes: Quantas pessoas trabalham: Quantas pessoas não trabalham:	Obs.:

B) PERFIL DOS MEMBROS DA FAMÍLIA DE CADA DOMICÍLIO

1. Quantidade de membros da família:
2. Quantos trabalham?
3. Renda mensal estimada de cada membro?
4. Alguém da família ajuda na atividade de pesca?
5. Quem?

OBS: Completar os campos de acordo com os seguintes códigos:

--	--

<p>ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</p> <p>1- produtor rural</p> <p>2- trabalhador rural</p> <p>3- autônomo (especificar)</p> <p>4- dono de indústria</p> <p>5- trabalhador na indústria</p> <p>6- dono de comércio ou serviço (loja, oficina)</p> <p>7- trabalhador no comércio ou serviço (loja, escritório, banco)</p> <p>8- trabalhador doméstico (prendas do lar)</p> <p>9- estudante</p> <p>10- aposentado</p> <p>11- pescador</p> <p>12- ajudante de pesca</p> <p>13- beneficiador de pescado</p> <p>14- marreteiro</p> <p>15- outro (especificar)</p>	
---	--

2 Os familiares participam da atividade pesqueira?

SIM ()

- 1 - Também pescam
- 2 - Ajudante de pesca
- 3 - Limpa peixe
- 4 - Vende peixe
- 5 - Outro, especificar

NÃO ()

C) ESTRUTURA DOMICILIAR E URBANIDADE

1 Há quanto tempo moram neste local:

a- origem (cidade/estado)_____/______ zona:

urbana ()

rural ()

b- porque se mudou para cá? _____

c- Sua casa é:

própria ()

alugada ()

é caseiro ()

D) PESCA

1 Há quanto tempo que atua como pescador nesta região?

a) Já pescou em outros locais? Onde?

b) Tem ajudante de pesca? Quem é?

2 Quantos dias por semana trabalha na pesca?

3 Quantas horas por dia?

4 Qual o consumo de combustível por semana?

5 É filiado a alguma colônia de pesca? Qual? Possui documentos?

8 Consome pescado da sua própria produção?

sim. Quantos quilos por semana?

não.

9 Renda mensal bruta (estimada) da pesca (em salários mínimos):

10 Possui outras fonte de renda? Quais? (rendimentos estimados)

OBSERVAÇÕES FINAIS: